

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**BENS COMUNS, LEI 14.133/2021.**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O presente Termo de Referência visa disciplinar o procedimento licitatório para **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios (panificação) para atender às necessidades das secretarias da Prefeitura de Santa Maria da Vitória - BA**, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação são de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO**

- 2.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de definição objetiva do objeto, dos quantitativos estimados e das condições essenciais à elaboração das propostas, apresenta-se a seguir a relação dos gêneros alimentícios de panificação a serem adquiridos por meio do Sistema de Registro de Preços.
- 2.2. Os produtos descritos neste Termo de Referência são classificados como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sem prejuízo da observância das normas sanitárias, de qualidade, acondicionamento, transporte e validade aplicáveis ao fornecimento de alimentos.
- 2.3. A estimativa de consumo foi elaborada com base nos seguintes parâmetros:
  - a) histórico de consumo das unidades requisitantes em contratações anteriores de objeto semelhante;
  - b) demandas ordinárias das Secretarias Municipais e dos órgãos vinculados, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e administração;
  - c) previsão de eventos institucionais, campanhas públicas, ações sociais, atividades educacionais, serviços de saúde e demais atividades administrativas que demandem o fornecimento dos produtos;
  - d) necessidade de fornecimento parcelado, conforme requisições emitidas pela Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
  - e) margem estimada para variações de consumo, perdas, substituições de demanda e eventual ampliação dos serviços públicos atendidos.
- 2.4. As quantidades indicadas possuem natureza estimativa e não obrigam a Administração à

contratação integral dos quantitativos registrados, servindo como limite máximo de referência para futuras ordens de fornecimento, conforme a necessidade efetiva dos órgãos participantes.

- 2.5. A contratação deverá observar as especificações mínimas constantes da neste Termo de Referência, cabendo à licitante apresentar produtos compatíveis com as descrições exigidas, em condições adequadas de fabricação, acondicionamento, transporte, conservação e consumo, nos termos da legislação sanitária vigente.
- 2.6. Com base nesses parâmetros, consolidou-se o quadro estimativo a ser utilizado como referência para elaboração das propostas, preservando-se, nos termos do **art. 24 da Lei 14.133/2021**, o caráter sigiloso do valor estimado, de modo a estimular a competitividade e evitar o denominado “efeito-âncora”.
- 2.7. Por conseguinte, segue a tabela com as **descrições padronizadas, unidades de fornecimento e quantidades anuais estimadas**, que balizarão o certame e servirão de limite máximo para futuras ordens de fornecimento, sem prejuízo de eventual realinhamento decorrente de revisão anual ou de fato superveniente devidamente justificado.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	TORRADA DE PÃO FRANCÊS COM MARGARINA E ORÉGANO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, SAL, AÇÚCAR, REFORÇADOR, DISCOLACHE, MARGARINA E ORÉGANO PESO APROXIMADO POR UNIDADE 0,02 GR. EMBALAGEM PACOTE DE 01 KG.	KG	900
2	TORTA SALGADA SABOR FRANGO POR KG.	KG	2.000
3	BISCOITO DE QUEIJO - 60 G.	UNID	16.000
4	PÃO QUEIJO, POLVILHO AZEDO, QUEIJO, LEITE, SAL MANTEIGA E OVOS, APRESENTAÇÃO PRONTO CONSUMO - 60G	UNID	29.500
5	PÃO, TIPO DOCE, INGREDIENTES FARINHA TRIGO/ FERMENTO/ SAL/ AÇÚCAR / MARGARINA /CÔCO/, PESO 100 G, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REDONDO COBERTURA DE CREME COM COCO.	UNID	40.000

6	PÃO, BASE DE FARINHA DE TRIGO REFINADA, TIPO SEMIDOCE, TIPO ADICIONAL BISNAGA, TIPO CACHORRO QUENTE.	UNID	39.600
7	PÃO (TIPO FRANCÊS) 50G ,1ª QUALIDADE, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS E HIGIÊNICO SANITÁRIAS ADEQUADAS E PREPARADO EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA.	KG	6.800
8	PÃO DE FORMA INTEGRAL – PCT COM 400 G	PCT	600
9	BISCOITO DE POLVILHO (PETA) - POLVILHO AZEDO, OVOS, LEITE, ÓLEO SAL E ÁGUA.	KG	1.200
10	ESFIRRA – FERMENTO BIOLÓGICO FRESCO (30G), AÇÚCAR, SAL, ÓLEO ÁGUA, FARINHA DE TRIGO, OVOS. RECHEIO DE CARNE MOÍDA OU FRANGO.	UNID	4.000
11	SALGADOS DIVERSOS, TIPO: COXINHA, KIBE, BOLINHO DE QUEIJO, BOLIVIANO E EMPADA – 60G.	UNID	150.000
12	BISCOITO DE POLVILHO AZEDO, REDONDO, FABRICADO COM POLVILHO AZEDO, OVOS, ÓLEO VEGETAL,SAL, LEITE E ÁGUA	KG	900
13	TORTA DOCE, SABORES DIVERSOS, KG.	KG	1.800
14	BOLINHO DE TRIGO, LARANJA, E/OU CENOURA, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, OVOS CASEIROS, ÓLEO DE SOJA, FERMENTO E LARANJA E/OU CENOURA.	UNID	14.500
15	BOLO DE RODA, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, AÇÚCAR, OVOS CASEIROS, ÓLEO DE SOJA, FERMENTO, SABORES DIVEROS.	UNID	3.000

- 2.8. Os produtos deverão ser entregues conforme solicitação da Administração, de forma parcelada, observadas as condições de higiene, qualidade, validade, transporte e acondicionamento compatíveis com a natureza alimentícia do objeto.
- 2.9. A estimativa de preços unitários e totais da contratação constará de documento próprio da fase preparatória, acompanhado das respectivas memórias de cálculo e fontes de pesquisa, podendo ser classificado como sigiloso até o momento definido pela Administração, desde que devidamente justificado no processo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA JUSTIFICATIVA PARA OPÇÃO POR SIGILO DO VALOR ESTIMADO**

- 3.1. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelos licitantes.
- 3.2. No presente caso, a Administração opta pela adoção do sigilo do valor estimado da contratação, considerando a natureza do objeto, a dinâmica do mercado local e a necessidade de preservar a competitividade do certame.
- 3.3. A contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios de panificação, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória/BA. Trata-se de objeto composto por produtos de consumo frequente, com variação de preços influenciada por fatores como custo de insumos, logística de entrega, sazonalidade, disponibilidade de fornecedores, volume de produção e oscilações do mercado alimentício.
- 3.4. A divulgação antecipada do orçamento estimado pode induzir os licitantes a apresentarem propostas próximas ao valor de referência da Administração, fenômeno conhecido como “efeito âncora”, reduzindo a efetividade da disputa e podendo comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa. Assim, a preservação temporária do sigilo busca estimular que cada licitante formule sua proposta com base em sua própria composição de custos, capacidade operacional, margem de lucro, logística e condições reais de fornecimento.
- 3.5. A medida também se mostra adequada diante do histórico de contratações anteriores de objeto semelhante, nas quais se verificou a necessidade de aditivos e ajustes decorrentes da variação de preços e das condições de execução. Dessa forma, a manutenção do sigilo do orçamento estimado contribui para evitar propostas artificiais, inexequíveis ou meramente ajustadas ao valor previamente conhecido, favorecendo uma disputa mais eficiente e compatível com a realidade de mercado

#### ***Justificativa do Orçamento Sigiloso***

- 3.6. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado,

o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, cita-se:

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

*A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga-os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.*

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

*Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da*

*publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.*

- 3.7. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da aquisição, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase do processo.

#### **4. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. A presente justificativa tem como objetivo formalizar a contratação para o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios (panificação) para atender demandas de diversas secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória. Este ato é imprescindível para garantir a continuidade e qualidade das refeições oferecidas nos diversos órgãos da Administração Municipal, dos quais destacamos as necessidades cotidianas e continuadas do Hospital Municipal Dr. José Borba, UPA 24h. SAMU, todas as secretarias que compõem a estrutura administrativa: Saúde, Obras, Agricultura, Administração, Finanças, Educação, Esporte e Lazer Cultura e Turismo, Meio Ambiente, com os seus órgãos vinculados.
- 4.2. Ademais, a realização deste registro de preços facilita a gestão e planejamento das compras, permitindo que sejam atendidas as demandas necessárias de forma ágil e eficiente. A possibilidade de aquisição gradual e conforme a necessidade é um diferencial importante, já que proporciona flexibilidade e controle orçamentário ao município.
- 4.3. Caso esta contratação não ocorra, haverá um impacto negativo significativo na qualidade da alimentação fornecida aos pacientes do SUS, usuários e beneficiários dos Programas e Ações Sociais, realizadas pelo CRAS, falta de produtos de consumos em ações institucionais, eventos, dentre outras atividades executadas sob a gestão do Governo Municipal, o que pode comprometer não apenas a nutrição dos beneficiários, mas também resultar em um aumento das desigualdades sociais, principalmente em contextos onde a oferta de alimentação balanceada é uma das principais fontes de alimentação. A falta de gêneros alimentícios adequados pode levar a situações de desnutrição ou má nutrição, impactando negativamente a saúde dos usuários dos diversos serviços públicos.
- 4.4. Além disso, a ausência desse registro de preços pode sobrecarregar outras secretarias, que teriam que buscar soluções emergenciais para atender à demanda de alimentação,

resultando em ineficiências e desperdícios. Portanto, a contratação é de relevante interesse público, já que envolve diretamente o bem-estar e a saúde de servidores e cidadãos beneficiários da oferta de serviços pela Administração Municipal, promovendo equidade e acesso a uma alimentação adequada dentro dos ambientes públicos.

- 4.5. Por fim, fundamenta-se esta contratação na Lei 14.133/2024, que rege as licitações e contratos administrativos, garantindo que todos os procedimentos estejam em conformidade legal e que o interesse público seja prioritário nas ações do poder público. Dessa forma, a contratação do registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios do tipo panificação, é imprescindível para assegurar a integridade das políticas públicas voltadas à educação e à saúde dos públicos atendidos.
- 4.6. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao Processo Administrativo.

## **5. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO**

- 5.1. A Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória, ainda não possui Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o referido artefato de planejamento. A deflagração de Processo Licitatório ocorrerá após deliberação da Autoridade Competente.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 6.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice do Processo Administrativo.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 7.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **8. DAS AMOSTRAS**

- 8.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

## **9. DA GARANTIA DE PROPOSTA**

- 9.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

## **10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**



- 10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 11.2. **Rastreabilidade sanitária (RDC 331/2019–ANVISA).** A Administração necessita identificar, de forma imediata e inequívoca, o responsável direto pela origem, acondicionamento, transporte e qualidade dos gêneros, para rápida atuação em caso de não-conformidade ou surto alimentar.
- 11.3. **Responsabilidade objetiva e unitária.** A fragmentação contratual dificultaria a aplicação das penalidades previstas nos arts. 156-167 da Lei 14.133/2021 e ampliaria o risco de “jogo de empurra” em eventuais perdas ou atrasos.
- 11.4. **Prazo crítico de entrega (24 h).** O tempo reduzido entre o pedido e o consumo impede a coordenação de múltiplos operadores logísticos sem comprometer a integridade dos alimentos.
- 11.5. **Controle de risco econômico-financeiro.** Ao concentrar a execução no próprio contratado, mitigam-se riscos de sobrepreço por intermediação, bem como assimetrias de informação que possam afetar a disputa e a fiscalização.

## **12. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

- 12.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:
- 12.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;
- 12.1.2. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

## **13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 13.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021
- 13.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



13.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13.4.

#### **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

##### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

##### **Forma de fornecimento**

14.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO.

#### **15. PROPOSTA DE PREÇOS**

15.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

15.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

#### **16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

16.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

16.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

16.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

16.1.4. No caso de ser o participante, sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- 16.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 16.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 16.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 16.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 16.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
  - 16.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
  - 16.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
  - 16.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
  - 16.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
  - 16.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
    - 16.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do

licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 16.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

- 16.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 16.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

- 16.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);

- 16.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- 16.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias ou dentro do prazo de validade constante na própria certidão;

- 16.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

**Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 16.3.2.1. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que

deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

- 16.3.2.2. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 16.3.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 16.3.2.4. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 16.3.2.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 16.3.2.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

16.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- 16.4.1. Comprovação de aptidão para o **fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis/produtos similares**, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
  - 16.4.1.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
  - 16.4.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à

comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.4.1.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

16.4.2. Alvará de Vigilância Sanitária, em plena validade, emitida pelo órgão municipal da sede do licitante, de conformidade com objeto deste Edital;

16.4.3. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

16.4.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

16.4.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

16.4.5.1. As declarações acima poderão ser substituídas por declaração unificada gerada e assinada eletronicamente no ato de cadastramento da proposta pelo próprio sistema LICITANET.

## **17. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

#### **17.1. Prazo de entrega**

17.1.1. Os itens deverão ser entregues **em até 24 (vinte e quatro) horas corridas** a contar do recebimento, pelo fornecedor, da correspondente **Ordem de Fornecimento (OF)** emitida pela Administração Municipal.

#### **17.2. Capacidade logística local/regional**

17.2.1. Para assegurar o cumprimento do prazo acima – indispensável à preservação da qualidade e da segurança sanitária dos produtos perecíveis – o licitante deverá **possuir panificadora** com estrutura de produção contínua situado **num raio máximo de 80 km** da sede do Município de Santa Maria da Vitória/BA.

#### **17.3. Comprovação a ser verificada na fase de habilitação:**

17.3.1. cópia atualizada do cartão CNPJ com endereço dentro do raio exigido **ou**

17.3.2. contrato de locação, comodato ou prestação de serviços logísticos, vigente por todo o período contratual, acompanhado do respectivo CNPJ e licença sanitária do

local.

17.3.3. A Administração poderá realizar **vistoria técnica**, a qualquer tempo, para verificar a infraestrutura declarada (câmaras frias, condições de higiene, frota refrigerada, etc.).

17.3.4. A falsidade ou mudança de endereço sem prévia autorização configurará **inadimplemento grave**, sujeitando o contratado às sanções dos arts. 155-167 da Lei 14.133/2021.

**17.4. Comunicação de impedimentos**

17.4.1. Na hipótese excepcional de impossibilidade de entrega dentro do prazo, o contratado comunicará as razões justificadoras **com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis** da data fixada na OF, anexando documentos comprobatórios. A prorrogação somente será concedida se devidamente motivada e compatível com o interesse público, salvo eventos de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

**17.5. Local de entrega**

17.5.1. Os bens deverão ser entregues **na sede da Secretaria ou órgão demandante, na Sede do Município de Santa Maria da Vitória/BA, no endereço indicado na Ordem de Fornecimento**, em dias úteis, das 08h às 17h, observado o prazo do item 17.1.

**17.6. Validade mínima**

17.6.1. Para produtos perecíveis, a validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total informado pelo produtor no rótulo/embalagem, quando for o caso.

17.6.2. O produto deve apresentar no ato de entrega maturação, boa aparência e características próprias que demonstre a boa qualidade e condições de consumo do produto.

**17.7. Ambiente de conservação e recebimento**

17.7.1. Os locais de armazenamento devem ser mantidos higienizados e, quando aplicável, **refrigerados**.

17.7.2. Apresentação, no ato da entrega, de DANFE (se aplicável), número de lote, data de colheita/fabricação e validade.

17.7.3. Conferência inicial (recebimento provisório) e posterior laudo de qualidade emitido por servidor/fiscal designado, com **substituição imediata** de eventuais lotes rejeitados, sem ônus para a Administração.

17.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (duas) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## **18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 18.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 18.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 18.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 18.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 18.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

- 18.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
  - 18.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 18.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
  - 18.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



- 18.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 18.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 18.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
  - 18.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

- 18.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 18.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 18.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 18.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 18.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência

para tal, conforme o caso.

- 18.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 18.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Maria da Vitória.
- 19.2. Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

## **20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 20.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 20.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 20.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 20.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 20.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 20.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 20.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e

pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **21. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO**

- 21.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 21.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 21.2.1. o prazo de validade;
  - 21.2.2. a data da emissão;
  - 21.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 21.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 21.2.5. o valor a pagar; e
  - 21.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 21.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 21.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 21.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 21.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 21.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 21.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 21.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da

- liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 21.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 21.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 21.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 21.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 21.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Santa Maria da Vitória - BA, 20 de maio de 2026.

**ÉDER TONY NUNES GRIPP**  
Secretário de Administração